Revista Macambira

Memória e descoberta de ancestralidade no percurso acadêmico

Joelma Boaventura da Silva[1]*

RESUMO

É uma análise da descoberta de ancestralidade da autora deste artigo durante a realização de pesquisa de doutorado intitulada: "Povos Originários e Universidade *multicampi*: vivências acadêmicas e processos de reterritorialização". A abordagem é qualitativa com técnica de escrevivências, apoiada no recurso da interseccionalidade, e na proposta teórica denominada de "pesquisador encarnado". O procedimento é de revisão de literatura. A análise intercala conceitos e teorias das searas da Sociologia, Antropologia, Estudos Culturais, Indigenismo e Educação – portanto, possui caráter interdisciplinar. O objetivo é discutir os conceitos como memória, aculturação, subalternidade, estranhamento, existência e vivência, numa perspectiva decolonial, enlaçados com os percursos de vida e acadêmico da autora e pesquisadora. Conclui-se que a universidade é o espaço adequado para produções sensíveis e acadêmicas que contribuem para o diálogo com os subalternos, em especial, os povos originários.

Palavras-chave: Memória. Povos originários. Escrevivências. Universidade. Ancestralidade.

Memory and discovery of ancestry in the academic journey

ABSTRACT

This article analyses the discovery of the author's ancestry during her doctoral research, entitled "Indigenous peoples at a multi-campus university: academic experiences and reterritorialization processes". The approach is qualitative combined with the technique of escrevivência [writing-living], supported by the resource of intersectionality and the theoretical proposal called embodied researcher. The procedure is a literature review. The analysis intersperses concepts and theories from various fields such as Sociology, Anthropology, Cultural Studies, Indigenism, and Education, giving the study an interdisciplinary character. The objective is to discuss concepts such as memory, acculturation, subalternity, strangeness, existence, and experience, from a decolonial perspective, linked to the life and academic journey of the cited author and researcher. The observations lead to the conclusion that the university is the appropriate space for sensitive and academic productions, which contribute to dialogue with subalterns, especially indigenous peoples.

Keywords: Memory. Indigenous peoples. Escrevivência. University. Ancestry.

Memoria y descubrimiento de la ascendencia en la carrera académica

RESUMEN

Se trata de un análisis del descubrimiento de la ancestralidad del autor de este artículo durante la realización de una investigación doctoral titulada: "Pueblos Originarios y Universidad Multicampi: experiencias académicas y procesos de reterritorialización". El enfoque es cualitativo con una técnica de escritura, sustentada en el recurso de la interseccionalidad, y la propuesta teórica denominada "investigador encarnado". El procedimiento es una revisión de la literatura. El análisis intercala conceptos y teorías de los campos de la Sociología, la Antropología, los Estudios Culturales, el Indigenismo y la Educación, por lo que tiene un carácter interdisciplinario. El objetivo es discutir conceptos como memoria, aculturación, subalternidad, extrañamiento, existencia y experiencia, desde una perspectiva decolonial, vinculada a la vida y trayectorias académicas del autor e investigador. Se concluye que la universidad es el espacio apropiado para producciones sensitivas y académicas que contribuyan al diálogo con los subalternos, especialmente los pueblos indígenas.

Palabras clave: Memoria. Pueblos originarios. Escritos. Universidad. Ascendencia.

[1] Mestra em Educação pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Bacharela em Direito pela Faculdade Jorge Amado. Docente Assistente junto à Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Salvador, Bahia, Brasil. Doutoranda junto ao PPGDC/UFBA. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7582-6662. Lattes: http://lattes.cnpq.br/2223262046618158. Autora correspondente: jbomfim@uneb.br.

ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1241

INTRODUÇÃO

Esta produção entende as memórias como fragmentos da linguagem, associados a conceitos pertinentes, refletindo assim conteúdo histórico, social e econômico. Por se tratar de linguagem, traz na roupagem um discurso sobre o outro, podendo também contemplar a si mesmo.

O texto faz uma incursão pelos percursos acadêmico e étnico da autora, logo, é uma escrita embasada nos aportes epistêmicos e metodológicos de escrevivências, contemplando, dessa forma, conteúdo fundamentado que atende às exigências acadêmicas.

Utiliza-se, de maneira secundária, o aporte teórico-metodológico da "pesquisadora encarnada" (Messeder; Nascimento, 2020). É uma abordagem qualitativa com procedimento de revisão de literatura, tecendo uma análise comparativa entre conceitos e fragmentos de memórias. Emprega-se ainda a interseccionalidade para dialogar com as categorias de gênero, etnia e papel social.

Neste viés, é uma produção inovadora por discutir um tema que envolve povos originários em perspectiva decolonial. Considera-se um texto inovador por aplicar a ferramenta da escrevivência, cunhada por uma escritora afro-brasileira, e neste artigo, transplantado para o contexto dos povos originários. A aplicação da ferramenta no referido contexto se justifica pela similitude da condição dos sujeitos sociais (negros e indígenas), entendidos como coletividades vulnerabilizadas, colonizadas e subalternas de acordo com as "Teorias Decoloniais" (Martins, 2019) e "Epistemologias do Sul" (Santos; Meneses, 2010).

A atualidade da discussão pode ser expressa por meio dos dados do Censo Demográfico de 2022 sobre a população indígena, a qual corresponde a 1. 693.535 indígenas (IBGE, 2022); pela presença cada vez maior de membros de comunidades indígenas nas universidades; e pela significativa produção acadêmica e literária de autoria indígena[2], mas com pouca divulgação.

A distribuição do texto ocorre em quatro seções principais, a saber: a) explanação sobre o aporte metodológico; b) análise de trechos das memórias da autora e pesquisadora (memórias e ancestralidade); c) relação entre o percurso acadêmico e os conhecimentos sobre povos originários (percursos e ancestralidade); d) descobertas sobre a própria ancestralidade e a relação com a universidade (ancestralidade e universidade).

As áreas de conhecimento, com as quais este artigo tem ilações, são: Sociologia, Estudos Culturais, Antropologia, Indigenismo e Educação, sendo o presente trabalho um

[2] No link a seguir encontram-se trabalhos acadêmicos de autoria indígena: https://www.thydewa.org/downloads1/. Autores indígenas como Ailton Krenak, Daniel Munduruku e Ehuana Yaira Yanomani dentre outros que divulgam os saberes e cosmovisão de suas comunidades pelo Brasil e em outros países.

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081036, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1241

resultado da imersão da autora na pesquisa de doutorado que investiga a presença de discentes indígenas e seus retornos para as comunidades, buscando identificar o impacto que a vivência acadêmica desses discentes tem para tal retorno. A pesquisa fez eclodir as reminiscências da pesquisadora sobre o ancestral materno (avô). As leituras durante o doutoramento conduziram a autora até a técnica da escrevivência, possibilitando, desse modo, a escrita deste artigo, sensível e científico, por sua configuração, metodologia e referencial teórico.

APORTE METODOLÓGICO

Metodologicamente, três são os aportes principais da presente produção: a escrevivência, com base na forma de escrita cunhada pela autora Conceição Evaristo em 1994; a interseccionalidade, muito utilizada em estudos sobre etnia e gênero; e a ferramenta teórico metodológica denominada de "pesquisadora encarnada", que é discutida pela professora do PPGDC, Suely Messeder. Far-se-á uma breve discussão sobre os três aportes, situando-os no contexto da temática e justificando a escolha deles.

Sobre a Escrevivência

Segundo Oliveira e Sampaio (2022, p. 273), "a expressão escrevivência surge entre os anos de 1994 a 1995, tendo uma escritora afro-brasileira como precursora. Essa escritora é Conceição Evaristo". Nos anos seguintes, houve a expansão do termo "de forma gradativa, tornando-se objeto de pesquisa de estudiosos de diferentes áreas do conhecimento" (Oliveira; Sampaio, 2022, p. 273), especialmente, nas Ciências Humanas e Sociais. Pelo fato de a escrevivência ter penetração na área de Ciências Humanas, e este artigo ter relação com essa área, justifica-se, *a priori*, a utilização desse aporte. Não só pelo uso expansivo da escrevivência, mas também, porque ela cumpre o desiderato de dar "voz a grupos subalternizados: homens e mulheres negras, crianças, bêbados, putas e malandros" (Oliveira; Sampaio, 2022, p. 275), como os povos originários que se inserem nesse contexto de exclusão e silenciamento social, é que se optou por empregá-la neste artigo.

De acordo com Oliveira (2018, p. 6), as escrevivências são "narrativas construídas tendo como lugar de fala a escrita em primeira pessoa", ou ainda, de um "termo presente nas narrativas de histórias de vida de sujeitos silenciados e subalternizados". O silêncio imposto pela história oficial aos povos indígenas no Brasil cerceia "o direito a possuir um lugar de memória" (Oliveira, 2018, p. 6). Outro elemento que justifica o recurso da escrevivência, na presente escrita, é a narrativa da autora e o exercício da memória nesta produção.

Na concepção de Soares e Machado (2017), a escrevivência pode ser utilizada como uma proposta metodológica, que "se presta a uma subversão da produção de conhecimento

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081036, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1241

[...]" (Soares; Machado, 2017, p. 210), apresentando vozes de indivíduos subalternos em narração da sua própria existência. Insta, brevemente, ponderar sobre a existência enquanto um conceito correlato à temática central.

Filosoficamente, a existência é "qualquer delimitação ou definição do ser" (Abbagnano, 2007, p. 398) ou ainda o "princípio constitutivo espiritual no homem, parte da experiência de operações que se realizam e produzem efeitos não materiais" (Ramos, 2009, p. 47), sendo possível enumerar nesse bojo, o conhecimento, a capacidade de reflexão e a liberdade de decisão (Ramos, 2009).

Nessa esteira, a escrevivência, quando aplicada como método científico, auxilia na produção de conhecimentos, potencialmente necessários e convida a ambientação da arte no espaço do cientificismo (Oliveira; Sampaio, 2022).

Conforme Almeida (2018), a escrevivência é a escrita das nossas memórias. Esse mesmo autor a entende como a possibilidade de "contar as nossas histórias a partir das nossas perspectivas[...] é uma escrita que se dá colada à nossa vivência, seja particular ou coletiva" (Almeida, 2018 *apud* Oliveira; Sampaio, 2022, p. 285). Desta maneira, o conceito de vivência, na seara da filosofia, é bem-vindo nesta discussão.

Pode-se conceituar a vivência com base no filósofo alemão Dilthey como "as experiências vivas ou vividas, que designam toda atitude ou expressão da consciência" (Abbagnano, 2007, p. 1006). Na concepção de Dilthey, "a vivência é, antes de mais nada, a unidade estrutural entre formas de atitude e conteúdo. Minha atitude de observação, juntamente com sua relação com o objeto, é uma vivência" (Abbagnano, 2007, p. 1006). Por isso, a vivência étnico-pessoal da autora, intercambiadas de percepções e memórias, refletida na vivência acadêmica, enquanto doutoranda junto ao Programa de Pós-graduação em Difusão do Conhecimento – PPGDC[3], de caráter multidisciplinar, estabeleceu os parâmetros desta escrevivência.

Percebe-se, portanto, que o presente artigo, sem fugir ao crivo científico de uma revisão de literatura, apresenta a narrativa de uma vivência acadêmica e étnico- pessoal, tendo como norte o pertencimento a um grupo subalternizado e vulnerabilizado – os povos indígenas –, atendendo, de igual modo, ao crivo de uma escrevivência.

Sobre a Interseccionalidade

[3] Trata-se de um programa vinculado a Universidade Federal da Bahia. A condição de doutoranda iniciou em 2020.

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081036, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1241

Além da escrevivência, a interseccionalidade está presente no texto como uma ferramenta analítica que "promove entendimentos mais amplos das identidades coletivas e da ação política. A identidade foi uma dimensão importante para o surgimento da interseccionalidade como forma de investigação e práxis críticas" (Collins; Bilge, 2020, p. 210).

Devido à forte ligação entre interseccionalidade e os estudos sobre identidade, esta última tem papel secundário, mas não menos importante, para discutir ancestralidade e pertencimento. Por tal ligação, justifica-se o uso da mencionada ferramenta, a qual vem sendo empregada nos estudos de raça/classe/gênero (Collins; Bilge, 2020) e auxilia na compatibilidade "com as normas acadêmicas de descoberta, autoria e propriedade" (Collins; Bilge, 2020, p. 116).

Neste artigo, interseccionam-se as condições de etnia e gênero, pois a autora se identifica como mulher cisgênero e com pertencimento à etnia indígena, a partir da análise de memórias e estudos.

Sobre a "Pesquisadora Encarnada"

O terceiro aporte corresponde à proposta da teoria da "Pesquisadora Encarnada" baseada em Messeder e Nascimento (2020). A partir de memórias, método científico e suporte teórico é possível empreender uma pesquisa, estando encarnada nela, com base nas lições de Messeder e Nascimento (2020 p. 27), que explanam: "o desafio de uma pesquisa encarnada pressupõe um mergulho na experiência, no autobiográfico sem nos limitarmos às memórias e histórias de vida". Para vencer esse desafio, necessário se faz "radicalizamos na presença de corpos políticos encarnados em marcadores como classe, raça, gênero, sexualidade e religião" (Messeder; Nascimento, 2020, p. 27).

Este trabalho aborda situações de subalternidade, estranhamento e aculturação com seus diversos desdobramentos, portanto, utiliza a modalidade de pesquisa em que a "Pesquisadora Encarnada" se "reporta à possibilidade de agenciamento de sujeitos subalternizados e considerados(as) abjetos(as) produzindo um tipo de ciência sem a 'famosa' dicotomia corpo-mente, sem, necessariamente, uma verdade absoluta" (Messeder; Nascimento, 2020 p. 27). Nesse sentido, há um "limiar de reinvenções que nos adensamos na modelagem do Pesquisador Encarnado não só como uma aposta teórico-metodológica, mas como forma de enfrentamento da colonialidade do ser, saber e poder" (Messeder; Nascimento, 2020 p.27-28). Assim, entende-se que a presente produção "de conhecimento em tese, depende de quem produz, o que produz, como produz, onde produz e para que produz o conhecimento" (Messeder; Nascimento, 2020, p. 31).

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081036, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1241

MEMÓRIAS *VERSUS* ANCESTRALIDADE

Nesta seção são analisados dois grupos de memórias, a saber: a) memória básica, enquanto uma coletânea de frases registradas pela pesquisadora a partir de relato de seus familiares; b) memórias construídas, aquelas resultantes da observação e breve vivência da pesquisadora com o avô indígena.

A análise proposta tem lastro na existência de conhecimento produzido e transmitido via oralidade de geração em geração. Esta oralidade tem laços fortes com a memória, sendo esta última "produto de um processo de linguagem" (Coelho, 2016 p.4).

Memória básica

No primeiro grupo de memórias, aparece a identificação do avô[4] materno da autora, enquanto indígena, por meio da expressão: "*Teu avô é índio*". Percebe-se pela frase, várias vezes repetida pela mãe da autora e suas tias, que ele (o avô indígena) era um ser diferente e, ao mesmo tempo, detentor de uma identidade própria. Surge na frase transcrita, a etnia velada, na medida em que o termo índio remete popularmente a uma etnia indefinida, pois não identifica a qual grupo indígena ele pertencia.

A identificação do patriarca é acompanhada de informação complementar sobre a forma como aquele indígena teria passado a fazer parte do mundo não indígena. A descrição complementar se verifica na seguinte expressão mnemônica: "*Teu avô foi caçado no mato*". Tal expressão remete à situação de captura, escravização, aculturação, violência, mas acima de tudo remete a uma tônica de separação dos seus iguais, bem como à inserção do mesmo em um outro mundo, que não lhe era identitário.

Reforçando a segunda frase, e ao mesmo tempo complementando-a, destaca-se a descrição de como foi a "caçada" de um representante do povo originário: "*Teu avô foi pego a dente de cachorro*". Elementos de desumanização, reiteração da violência não só física como psicológica e atos corriqueiros no início do século XX contra os povos originários estão contidos na descrição acima. Tomando por base as duas frases supratranscritas, percebe-se, sub-repticiamente, elementos constituintes da subjetividade.

Na transcrição a seguir, estão presentes as referências dos laços jurídicos constitutivos da família, mas que, ao mesmo tempo, escancaram elementos de comparação racial, em razão da cor de pele e que podem ser associados ao processo de miscigenação ocorrido no Brasil. Eis a transcrição: "*Teu avô casou com a filha branca do fazendeiro*". A cor da pele ou a conotação que se dá a ela é um elemento muito forte nas situações de racismo estrutural e

[4] Sr. Bernardino José de Souza.

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081036, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1241

rotineiro no cotidiano brasileiro. Aqui está presente o estranhamento[5] em perceber o outro enquanto diferente. O destaque recai sobre a pele branca e o *status* social de ser herdeira do "dono" da terra. Elementos raciais, sociais e econômicos são passíveis de denotação na frase recém analisada.

Memória Construída

O segundo grupo de memórias é decorrente da vivência da pesquisadora e de suas percepções. A primeira frase deste grupo refere-se a aspectos comportamentais e também corporais vinculados à cor da pele como se depreende da transcrição: "*Meu avô é calado e a pele dele é diferente"*. O silêncio pode ser entendido como uma marca do trauma da separação violenta de sua comunidade étnica ou ainda pode ser pensado como uma forma de proteção ante a condição de subalternidade do indígena. A menção à pele enquanto "diferente" extrapola o conteúdo baseado em cores convencionadas para a raça humana (branco, negro, amarelo). O diferente pode ser, muitas vezes, entendido como inferior, estranho ou alheio. Esta percepção faz remissão ao conceito de estranhamento.

Há ainda elementos comportamentais a serem extraídos de duas outras frases, transcritas a seguir: "*Meu avô ouve mais do que fala. Meu avô é desconfiado...olha por baixo"*. Verifica-se uma retração na interação social do ancestral observado, bem como uma disposição para ouvir mais do que manifestar-se pela fala, agregando-se a isso um olhar não diretivo, denotando assim uma atmosfera de não confiança no outro.

Todos os elementos elencados acima podem ser associados à condição do subalterno – "aquele que tem a fala impedida de reconhecimento e consequentemente escuta" (Lino, 2015, p.77) –, do reprimido, do oprimido, do submisso, e até mesmo daquele que se percebe à margem do processo social, a despeito de inserido na sociedade pela via do trabalho, pelos laços jurídicos, mas, no entanto, sem esboçar uma satisfação completa em participar daquele ambiente.

Apresenta-se um trecho de memória construída, no qual, se percebe claramente a relação com os processos educacionais aos quais foram submetidos os povos originários no Brasil. A frase: "*Meu avô foi alfabetizado aos 80 anos por grupos evangélicos que queriam catequizá-lo"*, deixa claro que foi negado a ele, assim como aos povos indígenas em geral, o acesso, durante a infância e a adolescência, aos bancos escolares, gerando um processo de alfabetização tardia, mas não inútil.

A alfabetização de iniciativa de grupos religiosos e não feita pelo Estado, tem como pano de fundo as técnicas de inculcação ideológica e religiosa aos moldes da catequese

[5] Termo utilizado na teoria de Karl Marx para indicar o não reconhecimento entre os seres humanos.

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081036, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1241

jesuítica no passado e reinventada pelos missionários evangélicos no século XX, e que se adensa no presente século.

De maneira sucinta, percebe-se que por meio da análise dessas memórias há uma verdadeira riqueza de detalhes que podem ser perquiridos através de conceitos, categorias e de aporte histórico, pois a memória é um direito cultural, o qual é bastante valorizado pelas comunidades tradicionais graças à oralidade.

A memória pode ser trabalhada no contexto acadêmico através de "diferentes recursos de documentação e registros iconográficos da história desses grupos, que organizados tornam-se serviços comunitários e de interesse público" (Oliveira, 2010, p. 88). Preservar a memória é proteger o legado coletivo, mas acima de tudo é garantir a sanidade mental, pois "se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas neste mundo maluco que compartilhamos" (Krenak, 2020, p. 9). Neste sentido, conclui-se que "a memória produz efeitos que ultrapassam o âmbito individual, de tal maneira que podemos afirmar a existência de uma memória coletiva" (Coelho, 2016, p. 3).

As memórias coletivas (da família) e as individuais da autora são partes fundamentais para a produção desta escrevivência, a qual é consubstanciada com conceitos na subseção seguinte.

Desdobramentos conceituais das transcrições mnemônicas

A partir das memórias apresentadas na seção anterior, tornou-se possível estabelecer um diálogo entre elas e alguns conceitos como aculturação e subalternidade. Tal relação é discorrida a seguir.

A aculturação é o primeiro conceito abordado tendo em vista que as transcrições apresentam, nitidamente, alguns elementos característicos do processo de aculturação. Segundo Bosi (1992, p. 324), "as camadas pobres da população brasileira (índios, caboclos, negros escravos [...]) foram colonizadas pela cultura rústica ou, eventualmente, urbana dos portugueses, e pelo catolicismo ritualizado".

Não restam dúvidas de que o processo de aculturação dos indígenas no Brasil baseou-se numa política elitista e populista, ambas, agressivamente, ideológicas e arraigadas de preconceitos, pois eles "estão sendo recolonizadas pelo Estado, pela Escola Primária, pelo Exército, pela indústria cultural e por todas as agências de aculturação que saem do centro e atingem a periferia" (Bosi, 1992, p. 324).

Subalternidade é o outro conceito que aparece vinculado às descrições mnemônicas desta seção. O termo subalterno, "ganha grande circulação a partir das

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081036, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1241

proposições do cientista político Antônio Gramsci" (Lino, 2015, p. 74). Esse teórico das ciências políticas dá uma nova roupagem ao termo ampliando o seu significado que passa "a ser usado com a finalidade de se referir a grupos que estão fora da estrutura estabelecida de representação política" (Lino, 2015). Por esse motivo, o termo passou a se referir "a qualquer pessoa ou grupo de categoria inferior, seja pela raça, gênero, classe, orientação sexual, etnia ou religião" (Lino, 2015, p. 75).

Alguns pensadores empregam o conceito de subalterno "em um sentido mais geral para se referir a grupos marginalizados, às classes menos abastadas, enfim, a pessoas e grupos sem agência ou possibilidade de representação por seus status sociais" (Lino, 2015, p. 76). Entende-se, portanto, que não há "construção de uma história própria e singular, pois o projeto de sociedade e de futuro são restritos aos subalternos" (Lino, 2015, p. 73). Em resumo, "o subalterno, nesta perspectiva, é um não, um irregistrável, incapaz de agir como sujeito da própria história, um ausente" (Lino, 2015, p. 76). Sob todas as perspectivas acima apresentadas do subalterno, encontra-se consonância com o local social destinado aos povos originários brasileiros.

Em apertada síntese, desde a colonização, os povos originários são vistos como seres dignos de "simpatia, embora mais toscos, mais rudes, mais instintivos, em suma, mais primitivos, e, palavra que escapa, inferiores aos brancos e postula-se uma série de alterações negativas ou degenerescentes peculiares à mestiçagem" (Bosi, 1992, p.331).

Aculturação e subalternidade estabelecem relação direta com poder e violência, pois para a eficiência daquelas, necessário se faz, inicialmente, o uso da violência e, subsequentemente, por meio do poder é que ambas são impostas. Nessa perspectiva, a violência pode ser direta ou indireta. Na forma direta, "atinge de maneira imediata o corpo de quem a sofre. É indireta quando opera através de uma alteração do ambiente físico no qual a vítima se encontra ou através da destruição, da danificação ou da subtração dos recursos materiais" (Bobbio, 2000 p. 1291-1292). As formas de captura, perseguição e extermínio impostas aos indígenas são formas de violência direta e indireta.

Em contrapartida, "o poder é a modificação da conduta do indivíduo ou grupo, dotada de um mínimo de vontade própria" (Bobbio, 2000 p. 1292). Portanto, enquanto "a violência é alteração danosa do estado físico de indivíduos ou grupos. O poder muda a vontade do outro" (Bobbio, 2000, p. 1292). Infere-se que o processo de miscigenação impôs uma aculturação que subalternizou os povos originários pela via da violência, instituindo-se formas de poder, seja político, social, ideológico ou econômico, atingindo-os por completo.

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081036, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1241

Os povos originários sempre foram vistos ou concebidos como exóticos, na perspectiva do diferente, do estranhamento, e da exploração econômica. Vale salientar que até para explorar é necessário conhecer e por isso "o conhecimento científico, permitia desvendar os segredos da natureza, influenciava nos destinos da sociedade, delineando a política e até mesmo as bases do imaginário social do país" (Domingues, 2000, p. 2). Nas palavras deste autor, "cabia, portanto à etnografia fazer a geografia do 'outro', isto é, cabia-lhe situar os dois grandes grupos 'exóticos' que povoavam o interior do país" (Domingues, 2000 p.4).

Em suma, conquista-se o território, equivalendo à conquista do exótico na intenção de subjugá-lo e assim acessar livremente as riquezas e fazer uso da mão de obra subjugada. No processo brasileiro que envolveu os povos originários, isso se concretizou e produziu uma invisibilidade desses povos, a qual vem sendo quebrada por meio do acesso à educação básica prevista na Constituição Federal de 1988; do acesso ao ensino superior através da lei de cotas sócio racial; da criação do Ministério dos Povos Indígenas em 2023; além do aumento de declaração de pertencimento étnico no Censo Demográfico de 2022.

PERCURSOS E ANCESTRALIDADE

Nesta seção aborda-se o percurso educacional da pesquisadora, relacionando-o com a presença/ausência dos povos originários no ambiente educacional. Vale ressaltar que a história desses povos foi constantemente narrada e registrada pelas lentes, palavras e poder dos colonizadores. Dessa maneira, suas presenças sempre foram diminutas no espaço educacional, seja no conteúdo programático das escolas, seja nos livros didáticos, bem como nos bancos escolares.

A regularização da educação escolar indígena se efetivou a partir da Constituição Federal de 1988 com a determinação de uma educação diferenciada, ou seja, bilíngue. Apenas em 1991 é que se disciplinou de forma adequada as competências sobre a gestão da educação indígena, conforme esclarece Grupioni (2001, p. 5): "com o decreto 26/91, a coordenação das ações educacionais em terras indígenas foi transferida para o Ministério da Educação e a execução das ações ficou sob responsabilidade dos Estados e dos Municípios". Pode-se dizer que se iniciou "a formação diferenciada dos professores indígenas, a quem cabe à docência e a gestão da escola indígena" (Gripioni, 2001, p. 5).

No que concerne à presença dos indígenas no ensino superior, toma-se por marcos temporais, os anos de 2005 e 2012. O Programa de apoio à formação de professores em nível superior, denominado de PROLIND, foi lançado em 2005 e vem recebendo adesão de várias universidades e formando os quadros de educadores das escolas indígenas. A lei 12.711 de

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081036, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1241

2012, que instituiu as cotas raciais nas universidades federais, possibilitou que um número maior de indígenas acessasse a educação superior.

Não se pode esquecer das leis 10.639 e 10.645 de 2003 e 2008, respectivamente, que alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, para incluir o ensino da história e da cultura afro-indígena brasileira no ensino fundamental. Então, percebe-se que é bem recente o estabelecimento de uma política educacional voltada para os povos originários no Brasil.

Vale ressalvar que o percurso formativo da autora em sede dos ensinos fundamental e médio, e da primeira graduação, antecede ao contexto normativo que garante a educação aos indígenas.

Durante o Ensino Fundamental (1973 -1983), observava-se que os povos originários eram considerados como selvagens e, portanto, divergiam da representação de seu avô. Na primeira graduação (1987- 1991), realizada em instituição pública e na área das ciências humanas (Licenciatura), os povos originários não foram discutidos.

Em uma segunda graduação (2004- 2009), em instituição privada na área das Ciências Sociais Aplicadas (Direito), os povos originários apareceram na discussão do Direito Constitucional, enquanto um título na Constituição Federal. Nos estudos realizados pela pesquisadora em terras estrangeiras (1997- 2000), sentindo-se como uma verdadeira estranha entre os alemães, assim como seu avô o fora, em sua própria terra, ocorreu o despertar para estudar a temática indígena.

Enquanto uma docente em instituição pública no interior da Bahia (2010- 2015), esta pesquisadora foi provocada pela presença de acadêmicos indígenas naquele espaço e inicia uma série de discussões e eventos relacionados às temáticas indígenas e seus direitos. Ainda atuando como docente, mas em região metropolitana (2015 - atual), e não satisfeita com a invisibilidade da temática indígena na universidade, a pesquisadora constitui o grupo de pesquisa *Rurue Rabi*; publicou uma produção acadêmica correlata à temática (Silva; Silva, 2021); submeteu o projeto de pesquisa ao PPGDC (doutorado em curso) e intensificou seus estudos.

As constatações advindas do percurso acadêmico permitem inferir que os livros didáticos e currículos têm perspectiva colonial e, portanto, reiteram e revivificam as violências descritas na seção 2.

Trazer para a academia as temáticas dos povos originários coaduna com o pensamento decolonial, enquanto aquele que "objetiva problematizar a manutenção das condições colonizadas da epistemologia, buscando a emancipação absoluta de todos os tipos de opressão

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081036, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1241

e dominação [...]" (Reis; Andrade, 2018, p. 3). Pelo discurso decolonial, permite-se um conhecer do outro, não em uma perspectiva menosprezante e pejorativa de ser exótico, mas como apresenta Suarez-Krabbe; Universitet (2012, p. 42) "en su formulación, presuponen una definición de lo que es ser humano, encubren su locus de enunciación y desaparecen al 'outro' (indígena y negro)". A perspectiva decolonial percebe o outro em ruptura com "[...] la colonialidad, los ataques depredadores en contra de la naturaleza y en contra de unos otros humanos des - o in - humanizados" (Suárez-Krabbe; Universitet, 2012, p. 45).

O espaço universitário é adequado para analisar, pesquisar e dar visibilidade aos sujeitos sociais, portanto, a universidade também deve se adequar às mudanças sociais, enquanto promotora do conhecimento que responde aos grandes problemas da sociedade.

Em breve retrospectiva, nos ensina Calderon (2018, p. 1) que "há cerca de 40 anos, intelectuais concebiam a universidade como um instrumento de resistência à dominação e opressão por parte das classes dominantes", ou seja, um movimento inicial pautado no pensamento e na teoria decolonial.

Apesar de a perspectiva universitária ter mudado, ainda é hoje "um poderoso espaço de transmissão de ideologia [...] lugar privilegiado para a formação no nível superior" (Calderon, 2004, p.1). A UNESCO a considera como um "espaço privilegiado para a construção de uma cultura de paz, baseada no respeito à diversidade cultural, aos direitos humanos, ao meio ambiente e à democracia" (Calderon, 2004, p. 1).

Num modelo de universidade contemporâneo e progressista cabe o acolhimento da perspectiva do pesquisador que em suas práticas tensiona "uma outra ideia de universidade" (Messeder; Nascimento, 2020, p. 33). Esse modelo pode ser pensado a partir do exercício da função social da universidade, a qual pode ser, de forma simples, compreendida a partir da responsabilidade tripla para: a) o preparo do exercício da cidadania, para valores éticos e a construção de uma sociedade democrática, justa e igualitária; b) a complexidade do conhecimento e c) a capacidade dos estudantes com condições de organizarem e reorganizarem sua vida produtiva ao longo de sua existência (Pereira, 2010).

ANCESTRALIDADE E UNIVERSIDADE

Os Kiriri são indígenas pertencentes ao grupo étnico tupiniquim, com características tribais de cabelos lisos e cor bronzeada – tipo mestiço. A língua primitiva não é mais falada. Este grupo ocupava as terras do atual município de Ribeira do Pombal na Bahia desde 1758, conforme a transcrição: "uma carta assinada pelo Conde Marco de Noronha e Brito, parente próximo do Marquês de Pombal, extingue todos os aldeamentos e funda a Vila

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081036, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1241

de Canabrava de Santa Tereza de Jesus dos Kiriri, que mais tarde seria denominada Vila de Pombal" (Brasileiro, 2003). A região de Ribeira do Pombal é também a área de onde adveio o avô da autora.

Esta etnia de temperamento aguerrido teve importante participação na Revolta de Canudos no final do século XIX, pois "as motivações que levaram os Kiriri a seguirem o beato Antônio Conselheiro, e, no contexto da luta, contribuírem com sua 'ciência de índio' e seus poderes xamânicos para o enfrentamento das tropas" [...] (Reesink, 1999, p. 150).

No último século, os Kiriri passaram por mudanças espaciais e a luta pela terra se intensificou ante a diáspora sofrida. O ano de 1949 aponta para a reclamação formal da terra originária através do Serviço de Proteção ao Índio - SPI com instalação de um posto em Mirandela na localidade de Banzaê, a qual foi desmembrada do município de Ribeira do Pombal. Desta maneira, existe uma probabilidade muito alta do Sr. Bernardino (avô da autora) ter sido um membro da comunidade Kiriri, que em decorrência de captura viveu separado de sua comunidade, mas constitui família mestiça. Infere-se que, por laços consanguíneos e por sentimento de pertencimento, a autora possa se declarar como indígena.

Os estudos durante a pesquisa do doutorado foram construindo o mosaico da ancestralidade da autora/pesquisadora através do processo de associação às suas reminiscências. Trata-se de encontro de vivências e que a técnica da escrevivência possibilita a sua divulgação admitindo-se o crivo teórico-metodológico da atuação da pesquisadora encarnada.

Qual outro espaço, além da universidade, pode e deve permitir pesquisas e produções sensíveis, humanas e conectadas com o desvelar da colonialidade perversa? A resposta está na universidade e na sua eterna busca pela excelência e produção de conhecimento. Há aqui uma convergência de saberes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto foi desenvolvido tomando como referências metodológicas, a escrevivência, a interseccionalidade e o aporte da pesquisadora encarnada, como explanado na primeira seção.

Constata-se que por meio do aporte metodológico foi possível realizar uma produção acadêmica fundamentada e que prestigia o ser acadêmico producente em suas vivências, relatos e memórias, apoiado em conceitos e conhecimentos científicos interdisciplinares.

Essa escrita acadêmica apresenta a descoberta da ancestralidade da autora enquanto pertencente à etnia Kiriri, devido à probabilidade de vinculação étnica de seu avô indígena

Revista Macambira, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081036, Jan.-Dez., 2024
ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1241

aculturado com a mencionada etnia. Mais do que uma descoberta baseada em dados históricos, geográficos e sociológicos, significa um reencontro com a ancestralidade, reforçando a pesquisa acadêmica enquanto uma motivação e compromisso com o fazer científico.

Destaca-se que a percepção sensível das motivações da pesquisadora para o estudo pode servir de espelhamento para discussão de categorias como aculturação, subalternidade, subjetividade, resgate de ancestralidade e estranhamento.

A visão da universidade, no exercício de sua função social, enquanto interlocutora de possibilidades do fazer científico com e para os subalternizados ou marginalizados, em especial, com os povos originários, é ainda um desafio na contemporaneidade.

Em linhas gerais, este artigo contribui, de forma modesta, para as fileiras da escrevivência, e almeja auxiliar na divulgação de produções sobre temáticas indígenas.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicolla. **Dicionário de Filosofia**. 1ªed. Martins Claret: São Paulo, 2007.

ALMEIDA, Arthur Gomes. A história de a: escrevivências de um aluno cotista negro no curso de psicologia da UFRGS. 2018, 83f. **Monografia** (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

BOBBIO, Noberto. **Dicionário de Política**. Coordenação de tradução João Ferreira. 5ª ed. Brasília: Editora Universitária de Brasília: São Paulo, 2000.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRASILEIRO, Sheila. Verbete Kiriri. **Site Povos Indígenas no Brasil -** ISA. 2003. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kiriri. Acesso em: 7 jul. 2022.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Repensando o papel da Universidade. **Revista de Administração de Empresas.** v. 44, n. 2, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rae/v44n2/v44n2a09. Acesso em: 07 set. 2020.

COELHO, Maria Clara Ruas. O Direito à memória como instrumento de reflexão crítica do passado e de criação de um novo futuro. **Caderno Virtual**. v. 1, n. 33. 2016. Disponível em: https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/cadernovirtual/article/view/1196. Acesso em 20 mar. 2021.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade** [recurso eletrônico]. Tradução Rane Souza. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.

DOMINGUES, Heloisa M. Bertol. A geografia e o exótico brasileiro. **Terra Brasilis:** Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, n. 2, p. 1-12, 2000. DOI: https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.312.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. (Org.) **As leis e a educação escolar indígena**: Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2022**. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/. Acesso em: 08 ago. 2023.

KRENAK, Ailton. **O amanhã não está à venda**. Companhia das Letras. Edição do Kindle. [recurso digital]. 2020.

LINO, Tayane Rogéria. O lócus enunciativo do sujeito subalterno: fala e emudecimento. In: **Anuário de literatura:** Publicação do Curso de Pós-Graduação em Letras, Literatura Brasileira e Teoria Literária, ISSN 1414-5235, v. 20, n. 1, 2015, págs. 74-95.

MARTINS, Paulo Henrique. Capitalismo Colonial e Crítica Teórica: Intersecções entre o Sul-Global e o Norte-Global. **Teoria Crítica da Colonialidade.** 1ª Edição - Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades, 2019. Disponível em: www.ateliedehumanidades.com. Acesso em: 21 set. 2020.

MESSEDER, S. A.; NASCIMENTO, C. G. do (Orgs.). **O/A Pesquisador/a Encarnado/a:** experimentações e modelagens no saber fazer das ciências. Salvador: EDUFBA, 2020.

OLIVEIRA, Andréa Carvalho. Direito à memória das comunidades tradicionais: organização de acervo nos terreiros de candomblé de Salvador, Bahia. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 39, n. 2, p. 84-91, maio/ago. 2010. DOI: https://doi.org/10.1590/S0100-19652010000200007

OLIVEIRA, Célia. Escrevivências e reflexões sobre práticas Pedagógicas nas ações para as relações Étnicorraciais. In: V Colóquio Internacional Educação Cidadania e Exclusão, V, 2018, Niterói. ***Anais.*** Rio de Janeiro: UFF, 2018. p. 1-9. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/ceduce/trabalhos. Acesso em: 04 jan. 2020.

OLIVEIRA, Marcelo de Jesus de; SAMPAIO, Juliano Casimiro de Camargo. Escrevivência – um conceito em expansão**. Revista Porto das Letras**, v. 8, n. 4, p. 271-290, 2022. Disponível em: https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/11837. Acesso em: 08 ago. 2023.

PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar (Org.). **Universidade e Currículo**: Perspectivas de educação geral. Campinas, Mercado de Letras. 2010.

RAMOS, Dalton Luiz de Paula. **Bioética**: pessoa e vida. 1ª ed. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2009.

REIS, Maurício e Novais; ANDRADE, Marcilea Freitas Ferraz de. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 202, 2018, p. 1-11. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/download/41070/21945/ Acesso em: 15 dez. 2023.

REESINK, Edwin. A salvação: as interpretações de Canudos à luz da participação indígena e da perspectiva conselheirista. **Raízes**, Campina Grande, ano XVIII, n. 20, p. 147-158, 1999.

SILVA, Joelma Boaventura da; SILVA, Almacks Luiz. Os Kiriri de Jacobina e os riscos ambientais da exploração aurífera. **Revista Interdisciplinar em Educação e Territorialidade – RIET**, v. 2, n.2, p. 409–430, 2021. DOI: https://doi.org/10.30612/riet.v2i2.14511

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SOARES, Lissandra Vieira; MACHADO, Paula Sandrine. "Escrevivências" como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. **Revista Psicologia**

Política, v. 17, n. 39, p. 203-219, 2017. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2017000200002. Acesso em: 15 dez. 2023.

SUAREZ-KRABBE, Julia; UNIVERSITET, Roskilde. Pasar Por Quijano, salvar a Foucault. Protección de identidades blancas y decolonización. **Tabula Rasa**, n. 16, p. 39-57. Jan. 2012. Bogotá. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-24892012000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 26 ago. 2020.

ISSN: 2594-4754 | **DOI:** https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1241

Revista Macambira

Informações do Artigo	Article Information
Recebido em: 27/01/2024 **Aceito em**: 20/06/2024 **Publicado em**: 30/09/2024	**Received on:** 01/27/2024 **Accepted in:** 06/20/2024 **Published on:** 09/30/2024
Conflitos de Interesse A autora declara não haver nenhum conflito de interesse de ordem pessoal, comercial, acadêmico, político e financeiro referente a este manuscrito.	**Interest conflicts** The author declare that there is no personal, commercial, academic, political or financial conflict of interest regarding this manuscript.
Como Citar este artigo - ABNT DA SILVA, Joelma Boaventura. Memória e descoberta de ancestralidade no percurso acadêmico. **Revista Macambira**, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081036, jan./dez., 2024. https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1241	**How to cite this article - ABNT** DA SILVA, Joelma Boaventura. Memory and discovery of ancestry in the academic journey. **Revista Macambira**, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081036, jan./dez., 2024. https://doi.org/10.35642/rm.v8i1.1241

Licença de Uso	Use license
A Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, mesmo que comercialmente, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico.	The Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License (CC BY 4.0). This license allows sharing, copying, redistributing the manuscript in any médium or format. In addition, it allows adapting, remixing, transforming and building on the material, even commercially, as long as due credit for authorship and initial publication in this journal is attributed.